

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO  
DEPARTAMENTO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL  
SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDARIA

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL  
TERMO DE REFERENCIA EM ECONOMIA SOLIDARIA

Índice

1. Introdução .
2. Justificativa
3. Objetivos
4. A Economia Solidaria ( conceito )
5. O Programa de Economia Solidaria ( políticas publicas )
6. O PNQ ( estratégias )
7. A Economia .Solidaria. no PNQ  
( nas Diretrizes do PNQ - metodologia e conteúdos )
8. Referencias da QSP em Economia Solidaria
9. Papel da SENAES

1. Introdução

A ECONOMIA SOLIDARIA

As duas últimas décadas do século passado foram perdidas em termos de crescimento econômico e a tendência de gradativa inclusão dos trabalhadores se inverteu: o desemprego tornou-se de massa, a capacidade de luta dos sindicatos se debilitou por causa disso e as empresas, expostas à competição de produtos importados de países com escassos direitos sociais, passaram a substituir empregados regulares por contratados em condições precárias, inteiramente destituídos de direitos sociais.

Este processo vem se desenvolvendo quase sem interrupção durante os últimos 22 anos. Em 1999, a parcela de assalariados do total de pessoas ocupadas havia caído para 50,6%, dos quais apenas 33,5% com carteira assinada ou estatutários. Tomando apenas a proporção com carteira assinada, que constitui o vértice do modelo tripartite, que é tradicional no Ministério do Trabalho e Emprego, ela passa de 39,1% em 1989 para 27,0% em 1999. Na realidade, a crise do trabalho acarretou uma grande diversificação de modos de produção, à medida que pessoas e comunidades, privadas de suas fontes de trabalho e renda, viram-se obrigadas a inventar outras formas de trabalho.

As estratégias de redução do desemprego até hoje adotadas têm se detido, principalmente, na concessão de crédito para pequenos empreendimentos, para o setor informal e mesmo para a agricultura familiar. Ocorre que estas estratégias não têm alcançado plenamente seus objetivos, dado que, por exemplo, não atingem os segmentos mais necessitados e não reduzem a mortalidade dos pequenos empreendimentos e das cooperativas.

A economia solidária se coloca como uma alternativa que dispõe de outras ferramentas para o enfrentamento dessa situação. A Economia Solidaria pode, por exemplo:

A] viabilizar as pequenas e microempresas através da formação de cooperativas de compras e vendas e cooperativas de crédito, formatando cadeias produtivas de empreendimentos;

B] contribuir para a formação de cooperativas de produção, formadas em assentamentos de reforma agrária ou através da reabilitação de empresas em crise ou falidas por parte de seus ex-empregados tornados cooperadores;

C] fomentar sistematicamente a formação de cooperativas por jovens que deixam os bancos escolares, inclusive incorporando nelas um certo numero de trabalhadores desempregados mais velhos, experientes no ramo de negócios escolhido. Tudo isto poderá engendrar a criação e a preservação de milhares de postos de trabalho.

## 2. Justificativa

O Termo de Referencia em Economia Solidaria tem por finalidade definir as relações, no campo da Qualificação Socio Profissional , entre as diversas Entidades que são agentes de Proesqs e Planteqs e o DEQ. Neste sentido, é essencialmente um instrumento de apoio aos conselhos municipais e estaduais, aos governos locais e estaduais, as entidades gestoras de políticas publicas, e as organizações do campo da economia solidaria, na elaboração de projetos especiais e territoriais, do PNQ.

## 3. Objetivos.

a) Como objetivo geral, o Termo de Referencia tem por base a integração das Políticas Publicas:

“As ações do PNQ serão orientadas no sentido da crescente integração com outros programas e projetos financiados pelo FAT, particularmente a intermediação de mão-de-obra, o microcredito , a Economia Solidaria e o seguro-desemprego, e outras políticas publicas que envolvam geração de trabalho, emprego e renda “. (Resolução n. 33 do CODEFAT)

O PNQ deve contribuir para promover a integração ,das políticas e para a articulação das ações de QP do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, trabalho , renda e educação , deve promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores a qualificação, com vistas a contribuir para, entre outros pontos:

- a formação integral [intelectual,técnica,cultural e cidadã] dos/as trabalhadores/as brasileiros/as;
- aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego;
- a inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações.

b) Como objetivo especifico, o Termo de Referencia visa a inclusão no PNQ das ações de Economia Solidaria. Neste sentido, traduz a política de economia solidaria nos termos das diretrizes e publicos do PNQ .

## 4. Conceito de Economia Solidaria

Consideramos economia solidária o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva do capital e participação democrática (uma cabeça um voto) nas decisões dos membros da entidade promotora da atividade.

Esta é a maneira mais sucinta de definir economia solidária, mas está longe de esgotar a caracterização da mesma.

Todavia, existe uma diversidade de praticas no campo da economia solidaria, na cadeia produção-intercambio-consumo: micro-creditos,finanças

solidarias, cooperativas, intercambio local, comercio justo, feiras, etc. Existem Movimentos Sociais especificos; cooperativas agricolas, de mulheres, de jovens, de desempregados, de vizinhos. Algumas a nivel primario, isto é, de organizações locais, outras em nivel de Federação ou Central, em nivel regional e nacional.

Além destas agencias de fomento, vários fóruns regionais de ES foram constituídos. Foi formado o Fórum Brasileiro de Economia Solidaria. Esta vem recebendo crescente apoio de governos municipais e estaduais. Como resultado deste processo O Governo Lula decidiu fundar a SENAES que formulou seus eixos principais de ação:

a] Produção de um conhecimento atualizado e, na medida do possível, confiável do que vem a ser a ES no Brasil e nos outros países e de sua contribuição potencial ao combate à exclusão mediante a criação de trabalho remunerado, autônomo e democraticamente administrado, e organizar parcerias entre partes componentes do governo federal, agencias de fomento da Economia Solidaria, governos estaduais e municipais com vistas ao fortalecimento dos empreendimentos e das cadeias produtivas da Economia Solidaria.

b] Organizar o debate das reformas legislativas necessárias para que haja liberdade de formação de cooperativas de credito e de trabalho e para viabilizar a tomada de empresas em crise ou falência pelos seus empregados, solidariamente organizados, viabilizando seu funcionamento e evolução pelo acesso normal ao credito e às licitações do poder publico local, regional e nacional. )

A economia solidária vem recebendo crescente apoio de governos municipais e estaduais. E está aumentando o número de municipalidades que adotaram programas de economia solidária, particularmente entre prefeitos eleitos no campo democrático e popular. No sentido de integrar essas diversas ações, foi fundada uma Rede de Gestores. No fim de 2002, foi organizado um seminário pela Rede de Gestores de Políticas Públicas na área de Economia Solidária, para desenvolver a profícua troca de experiências, com a participação representantes de governos municipais de todos os quadrantes do país.

## 5. O Programa de Economia Solidaria do Governo federal

### - Objetivo Geral:

Promover o fortalecimento e a divulgação da ES, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidario

### - Objetivos Específicos:

. elaborar e propor medidas para a articulação de Políticas de Finanças Solidárias, em suas múltiplas modalidades, ampliando a escala de suas operações, os serviços financeiros prestados e legitimando novas institucionalidades econômicas;

. intervir na reformulação do arcabouço legal que regula as cooperativas e propor a adoção de um Estatuto do Empreendimento Autogestionario, que permita consolidar sua identidade, implementar um sistema de proteção a seus trabalhadores e orientar as ações de fiscalização;

. difundir e fortalecer os empreendimentos autogestionarios, com a promoção do desenvolvimento de tecnologia adequada; apoiar materialmente as agencias de fomento da ES; articular cadeias

produtivas, ampliando a produção, distribuição e consumo dos produtos da ES, apoiando o consumo ético e o comércio justo;

. estimular e promover a produção de conhecimento voltado para a ES, articulando para tanto políticas de educação e de pesquisas; definir um sistema de acompanhamento e de avaliação de seu desenvolvimento; disseminar experiências bem-sucedidas e disponibilizar um sistema de informações;

. fortalecer os espaços de organização e de participação da sociedade civil e dos demais entes governamentais, na formulação de políticas públicas para a ES e implantar o Conselho Nacional de ES.

#### 5.1 Público :

trabalhadores[as] em risco de desemprego

desempregados [as]

trabalhadores[as] autônomos[as]

trabalhadores[as] informais

pequenos produtores familiares rurais e urbanos

redes de ES

empreendimentos de ES [ cooperativas, empresas autogestionárias, associação e outros]

agências de fomento de ES

foruns municipais e regionais de desenvolvimento

beneficiários dos programas governamentais de inclusão social

[segurança alimentar, habitação, reforma agrária e outros ]

#### 5.2. Estratégia de ação da ES

A implantação do Programa ES em Desenvolvimento, ocorrerá mediante as seguintes linhas de ação:

. articulação de políticas de fortalecimento da ES e estímulo à participação da sociedade civil na elaboração e avaliação destas políticas;

. integração da ES com os processos estratégicos de desenvolvimento [local, regional e nacional], priorizando a organização de cadeias produtivas, envolvendo setores como: material reciclável, confecção, artesanato e outros;

. fomento e constituição de empreendimentos e de cadeias produtivas solidárias a partir das oportunidades e recursos existentes em outras políticas sociais e setoriais do governo federal [segurança alimentar, habitação, saneamento, reforma agrária, educação de jovens e adultos e outros]

. fomento à constituição de redes a partir dos empreendimentos autogestionários, feiras, redes de distribuição e comércio justo;

. articulação das políticas de finanças solidárias;

. proposição de uma nova institucionalidade que crie mecanismos de proteção e garantia do direito ao trabalho associado.

. promoção do debate público da ES [seminários, eventos e cursos].

. elaboração de metodologias e outros instrumentos de acompanhamento e avaliação da ES.

. articulação e integração de políticas públicas de ES com estados e municípios.

As Políticas Públicas, nos governos estaduais e municipais, constituem um eixo estratégico do Programa. ( políticas públicas: estados e municípios-gestores. fortalecer as pol públicas)

## 6. O PNQ: ESTRATEGIA DE IMPLANTAÇÃO

Do ponto de vista da Economia Solidária, entre os segmentos da população prioritária do PNQ, destacam-se : “pessoas que trabalham em condição autônoma, por conta própria, cooperativada, associativa ou autogestionada; microcrédito e ações de Economia Solidária.

“O PNQ é implantado por meio de PlanTeqs e de ProESQs, viabilizados mediante convênios ou outros instrumentos legais pertinentes, firmados entre os respectivos executores e o M.T.eE., por intermédio do DEQ/SPPE.” [Resolução 33, do CODEFAT]

a) Os PlanTeqs contemplam projetos e ações de Qualificação Sócio-Profissional circunscritos a um território [unidade federativa, mesoregião, microregião ou município], com aprovação e homologação obrigatórias da Comissão/Conselho Estadual de Trabalho/Emprego ou das Comissões. Conselhos Municipais de Trabalho/Emprego referentes ao território, às quais cabe articular e priorizar demandas de Qualificação Sócio-Profissional levantadas pelo poder público e pela sociedade civil organizada, bem como supervisionar a execução do Plano, executados sob gestão do responsável legal do arranjo institucional do território.

b) Os ProEsQs contemplam a elaboração de estudos, pesquisas, materiais técnico-didáticos, metodologias e tecnologias de Qualificação Sócio-Profissional destinados a populações específicas ou abordando aspectos da demanda, oferta e do aperfeiçoamento das políticas públicas de qualificação e de sua gestão participativa, implementado em escala regional ou nacional, por entidades de comprovada especialidade, competência técnica e capacidade de execução, de acordo com as diretrizes fixadas anualmente pelo DEQ/SPPE/MTE, aprovadas e homologadas pelo CODEFAT.

---

Enquanto ação de natureza pedagógica e política, os PlanTeqs devem se constituir :

---

“ . Em um espaço de integração das Políticas Públicas de trabalho, emprego e renda, de educação e desenvolvimento;  
 . como um momento de consulta pública, de articulação e mobilização da sociedade e de negociação política entre os atores envolvidos;  
 . como um processo de planejamento, monitoramento, avaliação e divulgação, tecnicamente fundamentado e socialmente controlado;  
 . em um conjunto de ações e estratégias articuladas que expressem e orientem a prática político-pedagógica da qualificação”.

A ES porta um potencial imenso enquanto elemento de desenvolvimento local sustentável. Nesta perspectiva, soma-se à inovação do PNQ , através dos PlanTeqs , com caráter experimental, nos municípios de mesoregiões, microregiões e municípios de mais de um milhão de habitantes, aponta a possibilidade de “agregar iniciativas aos planos de desenvolvimento locais; incentivar as comunidades a pensarem saídas de desenvolvimento local, regional e mesoregional; consolidar a perspectiva do desenvolvimento sustentável; e incentivar ações intermunicipais de desenvolvimento”

Em relação aos ProEsQs, a ES , em acordo com a Resolução 333 do CODEFAT, é contemplada com programas de estudos e pesquisas, desenvolvimento de metodologias e matérias didáticas, memória e documentação. Os programas devem ser em parcerias com Universidades, Institutos, etc.

## 7. Referências a QSP em Economia Solidária no PNQ

Com a crise do modelo hegemônico de desenvolvimento, tanto no norte quanto no sul do mundo, a economia solidária é um dos eixos de um novo modelo de desenvolvimento. As inovações no seu campo se multiplicam em todos os continentes. Sem dúvidas, um modelo de desenvolvimento centrado nas necessidades humanas , na justiça social , na ética e na sustentabilidade , tem a economia solidária como fundamento.

A Economia Solidária está presente no conjunto do PNQ , a partir de sua busca de integração das políticas de Trabalho, Educação e Desenvolvimento. Ao tomar o Trabalho por “princípio educativo”, o PNQ reafirma a importância e o papel da Economia Solidária em suas várias diretrizes, em sua institucionalidade, na sua busca de eficácia social, no campo metodológico, nos conteúdos , e nos públicos.

## .Bases do PNQ

-O PNQ define a QSP como uma complexa construção social, associada a uma visão educativa que a tome como direito de cidadania, para contribuir para a democratização das relações de trabalho e para imprimir um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento.

-Em consonância com as discussões internacionais no âmbito da OIT, entende-se a QSP como direito e condição indispensável para a garantia do trabalho decente para homens e mulheres. Define-se a QSP como aquela que permite a inserção e atuação cidadã do mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas.

-O PNQ advoga um maior ênfase na integração da Política de Qualificação com as demais Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda e com aquelas dos campos da educação e do desenvolvimento.

## Diretrizes do PNQ

-Na diretriz “Desenvolvimento Político-Conceitual”, a concepção da qualificação profissional como construção social, expressão dos conflitos próprios das relações de trabalho e, portanto, como objeto passível de negociação privada e pública;

Concepção da qualificação profissional como direito de cidadania, em bases contínuas, permanentes e de maneira articulada com a educação básica (fundamental e média)

Planejamento das Políticas de Qualificação orientadas pelas estratégias de desenvolvimento local, estadual, regional e nacional, na perspectiva da sustentabilidade social e ambiental.

- Na diretriz “Articulação Institucional”, a ampliação e a consolidação da integração da Política Pública de Qualificação em relação às demais Políticas de Trabalho e Renda, visando a construção de um Sistema Público de Trabalho, Emprego e renda;

Construir um novo contrato social, na perspectiva da cidadania ativa e do aprofundamento do processo democrático como movimento cultural e ético.

- Na diretriz “Efetividade Social e Política”, a QSP deve ser avaliada também pela capacidade de :

. consolidar-se como uma política permanente que vem marcando a dinâmica do mundo do trabalho;  
. propiciar o empoderamento, como sujeitos individuais e coletivos, dos públicos envolvidos, seja como trabalhadores assalariados sejam como trabalhadores autônomos, assim como cooperados.

- Na Diretriz “Qualidade Pedagógica”  
( Estratégia metodológica )

O nexo entre trabalho, educação e desenvolvimento pressupõe a promoção de atividades político-pedagógicas baseadas em metodologias inovadoras dentro de um pensamento emancipatório de inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo

A Qualificação Socio-Profissional enquanto construção social apresenta uma dimensão epistemológica que realça o papel do trabalho na construção do conhecimento técnico e social.

Neste sentido, em relação à dimensão pedagógica, a Qualificação Sócio-Profissional pressupõe uma educação integral do/a trabalhador/; como, por exemplo:

- uma orientação pedagógica-metodológica que valorize os/as educandos/as como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como reconheça e valorize a diversidade cultural, étnica, social, regional, de gênero, que os perpassa;
- um projeto pedagógico que tenha como eixos gerais articuladores os temas do trabalho e da cidadania, para propiciar para os/as educandos/as uma articulação virtuosa entre sua inserção no mundo do trabalho e sua participação social e política;
- uma construção curricular que envolva as dimensões técnico-científica, sócio-política, metodológica e ético-cultural;

- Na estratégia dos conteúdos

“ Ações de educação profissional envolvendo de forma integrada principalmente os conteúdos indicados a seguir, sem prejuízos de outros que se definam em função da realidade local, das necessidades dos/as trabalhadores/as , do desenvolvimento do território,do mercado de trabalho e do perfil da população a ser atendida:

comunicação verbal escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio lógico-matemático, saúde e segurança no trabalho, educação ambiental, direitos humanos, sociais e trabalhistas, relações interpessoais no trabalho, informação e orientação profissional;processos,métodos,técnicas,normas,regulamentações,materiais,equipamentos e outros conteúdos específicos das ocupações; empoderamento, gestão, autogestão, associativismo, cooperativismo, melhoria da qualidade e da produtividade”.

---

---

. Públicos...

A população prioritária do PNQ ,em referencia à Economia Solidaria , compreende os seguintes segmentos:

- trabalhadores/as sem ocupação cadastrados/as no Sistema SINE e/ ou beneficiarios das demais Politicas Publicas de Trabalho e Renda, particularmente: ações de primeiro emprego, seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, micro-credito e de ações de economia solidaria;
- trabalhadores/as rurais: agricultores familiares e outras formas de produção familiar; assalariados empregados ou desempregados; assentados ou em processo de assentamento.
- Pessoas que trabalham em condição autonoma, por conta propria, cooperativada, associativa ou autogestionada,
- Trabalhadores/as em empresas afetadas por processos de modernização tecnologica, privatização, redefinições de politica economica e outras formas de reestruturação produtiva;
- Gestores e gestoras em Politicas Publicas e representantes em foruns, comissões e conselhos de formulação e implementação de Politicas Publicas e Sociais.

---

---

## 9. Atribuições da SENAES

No campo da QSP em Economia Solidaria, a SENAES atua em dois niveis:

- 1) ação em relação aos planteqs e proesqs,
- 2) ações interMinisteriais.

No primeiro nivel, destaca-se o objetivo de integração das politicas publicas ( Trabalho , Educação e Desenvolvimento) . A SENAES tem atribuições de contribuir na elaboração, execução , avaliação sistematização, e, socialização dos produtos. Além de acompanhar e analisar projetos.

Especificamente, nos Proesqs, contribuir com a construção de metodologias que possam ser sistematizadas para utilização na construção de Politicas Publicas.

No segundo nivel, a atuação com outros Ministerios na capacitação e fomento de cooperativas e empreendimentos varios da economia solidaria.